

GLOBALIZAÇÃO, UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

David Justino

Departamento de Sociologia
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Globalização: as evidências

A ideia de globalização marcou o último quarto de século da história mundial.

No domínio político é geralmente identificada com a queda do muro de Berlim (1989) e o consequente esboroar do império soviético. Nesse mesmo ano as autoridades chinesas reprimiram com inusitada violência os movimentos de protesto que se concentraram na Praça Tiananmen em Pequim e, de forma surpreendente, aceleraram um conjunto de reformas da sociedade chinesa que a transformaram na que é hoje considerada a segunda maior economia mundial.

No domínio económico, a globalização identifica-se com um dos períodos de maior crescimento do comércio mundial - desde meados da década de 80 do século XX que a taxa de crescimento do comércio à escala global (cerca 8% ao ano) é dupla da da produção mundial - impulsionado pelo progressivo desarmamento pautal viabilizado pelo Uruguay Round e a criação da Organização do Comércio Mundial, envolvendo cerca de 123 países, bem como uma queda dos custos de comunicação e transporte que permitiram um aumento nunca registado da mobilidade, à escala global, de mercadorias, bens de capital, mão-de-obra e, acima de tudo, informação e conhecimento.

No domínio cultural, perante um mundo que se tornou "mais pequeno", porque mais próximo, emerge a tensão entre a diversidade das culturas nacionais e das civilizações face ao rolo compressor da modernidade ocidental, do racionalismo e do desencantamento. A diversidade cultural conjuga-se com o acesso fácil e generalizado à informação, com a massificação dos fluxos e pelo rápido efeito de contaminação, provocando ora efeitos de hibridação cultural ora de rejeição violenta dos valores, padrões e crenças que lhes estão associados.

Para quem se interessou pela reflexão feita por Daniel Bell em 1962, anunciando o fim das ideologias¹ herdadas do século XIX, deverá surpreender-se pela emergência dos debates e confrontos recorrentes entre *neoliberais*, ou *neoconservadores*, por um lado, e os apoiantes dos movimentos anti-globalização que se titulam muitos deles como *neo* ou *hetero* marxistas, *socialistas keynesianos*, anarquistas ou comunistas deserdados, por outro. À pulverização dos referenciais ideológicos tradicionais não sucedeu qualquer nova *grande* ideologia, acabando por dar razão a Bell quando previa uma *parroquialização* dessas quase crenças modernas.

Neste particular domínio, será difícil falar de uma ideologia global, mas nem por isso será aceitável a ideia de uma desideologização generalizada.

O que se torna, entretanto, evidente é o ressurgir das velhas e de novas crenças religiosas que a progressão do racionalismo e dos valores da modernidade haviam confinado a reservas de resistência e de atraso. Ao desencantamento weberiano da modernidade parece

¹ *The End of Ideology: on the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*, Free Press, 1962.

sucedem-se o reencantamento progressivo do mundo². Tem razão Brian Turner³ quando destaca o facto de se terem negligenciado as dimensões religiosas da globalização, tal como o revivalismo e o fundamentalismo radical. Novas ortodoxias emergem e moldam o político e o social através de regimes teocráticos ou de novos profetas e da multiplicação de seitas, movimentos a que não escapam as sociedades pioneiras da modernidade secularizada.

Indissociável parece ser a busca de uma *nova ordem* cada vez mais identificada com uma denunciada *pax americana*, imposta pela lei das armas, que se confronta com os riscos crescentes da reacção terrorista. A globalização gerou uma nova ideia de guerra e a ameaça nuclear tornou-se mais contingente e mais dispersa. Algo bem diferente do "equilíbrio" da Guerra Fria.

Num *Mundo em Risco*⁴ sobra, com especial projecção mediática à escala global, a questão ambiental - das emissões de carbono ao aquecimento global, às mudanças climáticas, ao famigerado e já desaparecido "buraco do ozono" por onde esta nova dimensão da globalização iniciou os seus primeiros passos. Não há nada que, pela sua natureza, seja mais global que o sistema climático. Mas o que a globalização introduziu foi a consciência dessa dimensão ao ponto de comprometer a maior parte dos governos na institucionalização de um mercado de emissões com penalizações para os que, em consequência do seu crescimento económico, contribuíssem para o não cumprimento das quotas atribuídas.

Por último, entre as muitas evidências, a globalização surge invariavelmente associado à revolução tecnológica das comunicações e dos transportes confundindo-se o processo com o suporte que o acelera e redimensiona. A ideia da *compressão do espaço/ tempo* generalizada por Bauman⁵ a partir da ideia pioneira de David Harvey⁶ reorienta as percepções do mundo para o imediato, para a informação *em directo*, para a facilidade do acesso ao *on-line*, para a concretização do simultâneo e para a emergência das redes globais e para a lógica do "estar ligado". Massificam-se as interações e inventam-se comunidades à escala global⁷.

Globalização: mobilidade, incorporação e desnacionalização

A revolução tecnológica das comunicações e do transporte está na base da estruturação de uma nova mobilidade global. Mercadorias e factores de produção – capital e trabalho – circulam de forma mais intensa, os fluxos tornam-se mais densos, a escala aumenta dramaticamente, informação e conhecimento tornam-se líderes do mercado global.

Porém, convirá lembrar que os custos de transporte de mercadorias decaem desde o século XIX. Inovações sucessivas esmagam o custo por tonelada transportada: desde o final da II Guerra Mundial até ao presente o frete marítimo reduziu-se em cerca de 80%, não obstante as oscilações do preço do petróleo nos mercados mundiais. A grande queda dos custos

² JENKINS, Richard. "Disenchantment, Enchantment and Re-Enchantment: Max Weber at the Millennium", *Max Weber Studies Journal*, 1 (2000), pp. 11-32.

³ "The Futures of Globalization", in RITZER, George, *The Blackwell Companion to Globalization*. Oxford, Blackwell P., 2007, pp. 676-678.

⁴ BECK, Ulrich. *World at Risk*,

⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Globalization: The Human Consequences*. Polity Press, 1998.

⁶ HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Cambridge, MA: Blackwell, 1990.

⁷ WELLMAN, Barry. *Networks In The Global Village: Life In Contemporary Communities*. Westview Press, 1998.

observa-se após aquele conflito e, mais tarde, na década de 80 do século XX⁸. Se o ritmo de crescimento do comércio mundial se tornou sistematicamente superior ao da produção, isso deve-se, em grande parte, a este aumento da mobilidade e ao movimento inverso dos fretes (custos por tonelada transportada), especialmente os marítimos.

Mais acentuada foi a quebra no transporte aéreo de passageiros que hoje predomina no transporte a média e longa distância. Entre 1930 e o início do século XXI a receita das companhias aéreas por passageiro/milha reduziu-se quase a um décimo, num movimento constante de abatimento das tarifas e de aumento do tráfego aéreo.

Porém, o esmagamento dos custos ganhou proporções inimagináveis com o desenvolvimento das comunicações e, especialmente, com a generalização do acesso à *internet*. É a informação que domina estrategicamente os principais fluxos globais, quer pelo volume, quer pela velocidade, quer pela aparente quase gratuidade, quer ainda pelo facto de se ter tornado uma das mais valiosas mercadorias que gera receitas cada vez maiores na economia mundial.

Neste contexto a imagem de um novo quadro de mobilidade à escala mundial acaba por ser o traço mais saliente deste novo sistema global. Ainda que de efeitos diferenciados, à elevada mobilidade da informação ou dos capitais – que já o eram em épocas mais recuadas – junta-se agora o efeito acrescido da mobilidade do factor trabalho. Os movimentos migratórios internacionais ganharam uma nova escala em comparação com idênticos fluxos registados nos séculos XIX e XX. As migrações com fixação definitiva ou por longos períodos continuam a representar uma proporção considerável do total de fluxos, mas a emergência de formas mais temporárias de migrações, especialmente associadas à progressiva precarização dos mercados de trabalho, acabam por ser dos fenómenos mais estruturantes de novas redes de mobilidade.

Na diversidade das esferas da mobilidade (informação, capital, mercadorias e trabalho) são comuns os fenómenos de densificação, aceleração e escala a que o último quartel de século assistiu. Para tal muito contribuiu a incorporação de novos espaços emissores e receptores que durante as décadas anteriores se haviam mantido afastados do espaço mundial de trocas. Essa incorporação – seguida de uma maior ou menor integração – concretizou-se de forma diferenciada conforme a escala e a combinatória de políticas adoptadas: internacionalização da produção e de serviços acompanhada de novas formas de divisão internacional de trabalho (deslocalização, segmentação, descentralização competitiva, etc.), progressivo desarmamento pautal (em vinte anos, 1985-2004, os direitos aduaneiros reduziram-se para menos de metade, reduzindo significativamente os custos de transacção), transnacionalização empresarial através da estruturação de redes globais de negócios, intensificação dos fluxos financeiros bem traduzida no facto de o seu peso relativo ter passado de cerca de 4% do produto mundial em 1994 para cerca de 15% em 2005, ou seja, quase quadruplicou em doze anos⁹.

A integração progressiva de economias periféricas como o Brasil, a Rússia, a Índia e a China (os comumente designados BRICs), aos quais podemos associar os N-11 ("próximos onze", onde se incluem, entre outros, países como o México, a Indonésia, a Coreia do Sul ou a Turquia) representa a incorporação potencial de mais de 4.000 milhões de habitantes e um potencial de crescimento económico inestimável.

Partindo de situações de fechamento ou de fraca participação na economia mundial estes países têm dado o maior contributo para o crescimento acelerado do comércio

⁸ *OECD Economic Outlook 2008*. Edição preliminar. Capítulo III. MAKING THE MOST OF GLOBALISATION, p.203.

⁹ *Idem*.

internacional, acentuando o grau de interdependência das economias nacionais e reconfigurando a geografia das trocas.

A consequência mais marcante, entretanto, não terá sido a mudança traduzida na densificação dos fluxos ou no alargar das escalas, mas antes a profunda alteração da estrutura das economias nacionais, tal como as conhecíamos até meados da década de 50 do século XX. A economia característica do estado-nação é agora confrontada com a progressiva desnacionalização de uma parte significativa dos seus capitais e da sua produção em que os diferentes segmentos da cadeia de valor se encontram deslocalizados.

Desnacionalização, globalização e transnacionalização acabam por ser expressões de um mesmo processo de estruturação de redes globais de negócios que se estabelecem para além das fronteiras nacionais, procurando para cada segmento da cadeia de valor a localização mais competitiva. Mais do que falar de "vantagens competitivas das nações" terá mais sentido falarmos das vantagens competitivas dos sistemas de localização das diferentes actividades produtivas e de prestação de serviços. Estas redes globais de negócios afirmam-se elas próprias pela precariedade da geometria das suas relações, assente em deslocalizações permanentes das suas actividades. Mobilidade e competitividade combinam-se para encurtar os ciclos de vida da produção ou dos serviços num determinado local.

As consequências deste novo cenário da divisão internacional do trabalho fazem-se sentir com maior impacto na forma como os Estados nacionais são obrigados a reformular os seus instrumentos de controlo e regulação da economia. Desde a fiscalidade à normatividade jurídica, passando pelo controlo de fronteiras ou pela regulação do mercado de trabalho, as velhas políticas económicas que assentavam toda a sua formulação na ideia de *economia nacional* confrontam-se agora com essa hiper-mobilidade dos factores de produção e com a segmentação, à escala global, da cadeia de valor dos bens e serviços.

O conceito tradicional de *divisão internacional do trabalho* começa, assim, a revelar dificuldades em adequar-se a este novo quadro das relações económicas à escala mundial. A multiplicação das redes globais de negócios e a sua natureza transnacional, coexistindo com as formas de organização empresarial modernas, exigem que paralelamente recorramos ao conceito de *divisão global do trabalho*, libertando o anterior conceito da sua dimensão relacional entre as diferentes economias nacionais.

É neste contexto que ressurgem novos e múltiplos dualismos intra-nacionais, já não opondo sectores tradicionais aos sectores modernos da economia e da sociedade, mas acentuando a diferenciação entre sectores, actividades e *clusters* integrados na economia global e outros orientados maioritariamente para o mercado interno. Os primeiros estão focados na produção de bens transaccionáveis e sujeitos à lógica da competição internacional, os segundos arreigados às regras e aos privilégios do mercado protegido, em muitos casos de carácter monopolístico ou oligopolístico, que medraram à sombra do estado nacional. A este dualismo das actividades económicas, correspondem outros dualismos especialmente evidentes no mercado de trabalho, coexistindo segmentos de maior desregulação com outros hiper-regulados e protegidos, ou mesmo dualismos sociais que minam os princípios da igualdade e universalidade das políticas públicas. É toda a arquitectura do estado-nação, em especial a sua versão *welfare*, que é posta em causa. Não necessariamente a sua existência.

Estados nacionais, empresas transnacionais e redes globais

Para muitos autores este processo progressivo de desnacionalização de vários sectores da actividade económica anunciam o fim do próprio estado-nação. As crescentes dificuldades em lidar com os mecanismos que suportam as redes globais, as tecnologias da informação que as sustentam e as configurações organizacionais a que recorrem, leva a maioria dos estados nacionais a encararem a globalização mais como uma ameaça do que como uma oportunidade de se reformarem.

As novas redes de informação, a mobilidade dos activos financeiros, as crescentes hordas de imigrantes ilegais, os novos movimentos sociais, as redes terroristas e de actividades ilegais (droga, prostituição, corrupção, branqueamento de capitais, armas, etc.) são manifestamente uma dor de cabeça para os estados que se vêm confrontados com a obsolescência e ineficácia dos seus instrumentos de controlo e coação, ou seja com uma efectiva perda do seu poder e da sua autonomia.

Para além dos estados que optaram por alienar e partilhar parte da sua soberania em benefício de processos de integração internacional - o caso da União Europeia, por exemplo - outros vêm-se também confrontados com problemas que só podem ser enfrentados a uma escala supra-nacional. O combate à SIDA, o aquecimento global e o novos riscos ambientais, a segurança marítima contra a nova pirataria ou as redes terroristas, só poderão encontrar soluções em quadros multilaterais. São estes novos desafios que valorizam o papel das organizações internacionais, desde as Nações Unidas e as múltiplas agências especializadas que lhe estão associadas, passando pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, ou os muitos grupos e iniciativas de concertação internacional (G7, G11, G20, etc.). Outras Organizações como a Amnistia Internacional, o Tribunal Penal Internacional ou as organizações ambientais como a Greenpeace, são muitas vezes entendidas como uma constante ameaça ao poder e autonomia de muitos estados.

Porém, é a reconfiguração da estrutura empresarial com a deslocalização total ou parcial das suas actividades e com a conseqüente libertação de mão-de-obra que levanta alguns dos maiores problemas às políticas económicas e sociais de carácter nacional: aumento do desemprego estrutural, fragilização dos sistemas de protecção e segurança social, redução da base fiscal, agravamento das desigualdades sociais no interior dos seus estados. A crise dos seus *modelos sociais*, em especial os mais generosos como são os europeus, ainda que condicionada pelas dinâmicas internas (envelhecimento, na base e no topo da pirâmide etária, redução da população activa sem a correspondente compensação da produtividade, entre outras) são também eles afectados pela crescente globalização das suas empresas e dos sectores mais competitivos.

As últimas décadas foram assinaladas por transformações inéditas na estrutura das organizações empresariais. Se a internacionalização económica do pós-II Guerra Mundial foi marcada pela dinâmica expansiva das empresas multinacionais, os últimos vinte anos são marcados pelas empresas transnacionais e pelas redes globais de negócios. Entre as primeiras e as segundas identificam-se soluções organizacionais extremamente inovadoras.

A empresa multinacional caracteriza-se pela replicação de modelos da *casa mãe* nos mais diferentes locais do mundo, integrando-se numa estrutura hierarquizada, de gestão fortemente centralizada e privilegiando a autoridade burocrática. A cultura de mimetismo organizacional tende a construir a identidade pela homogeneização de procedimentos e de soluções.

No contexto das sociedades acolhedoras das suas extensões, estas empresas assumem-se como incrustações de modernidade sem capacidade nem intenção de "contaminar" as culturas locais. Jogam com o benefício que trazem da criação de novos postos de trabalho, uma base fiscal acrescida para os estados e um rendimento acima da média para um número não muito alargado de trabalhadores.

A lógica de inserção das empresas transnacionais é claramente diferente: tende a adaptar-se às culturas locais, beneficia de um razoável grau de autonomia de decisão e de organização da força de trabalho, tende a envolver parceiros locais no seu segmento da cadeia de valor e, o mais importante, tende a competir com as suas congéneres quer no contributo para os resultados globais, quer na captação de novos investimentos. O princípio da descentralização competitiva tende a orientar a gestão da rede global: mais descentralização, representa maior responsabilidade de cada pólo e a avaliação faz-se pelos resultados obtidos.

Em muitos mercados de mais fácil acesso, a entrada é negociada com as autoridades nacionais visando minimizar custos e ganhar vantagens competitivas: flexibilização das relações laborais, redução da carga fiscal, acesso privilegiado a infra-estruturas. Por contraste, nos mercados de acesso mais difícil, é a própria empresa que cede perante os regimes jurídicos ou as regras de funcionamento, adaptando-os às características locais. Todos os meios são negociáveis, desde que potenciem os resultados.

Torna-se banal tomar conhecimento de como as grandes transnacionais "põem a concurso" à escala global uma nova unidade industrial, um novo produto ou um novo modelo, tal como o já fazem na subcontratação de algumas produções segmentadas.

Encurtam-se os ciclos do produto sujeitos que são às regras na inovação contínua, da obsolescência tecnológica e ao contínuo processo de deslocalização e realocação empresarial. Potenciam-se oportunidades da rede e a mobilidade dos factores de produção, fazem-se circular equipas (dirigentes, técnicos, trabalhadores, etc.) e valorizam-se as capacidades adaptativa e de inserção em culturas diversificadas.

A coesão da rede já não se desenvolve pelo mimetismo organizacional e pela verticalidade hierárquica característica das multinacionais, mas antes se obtém pela diferenciação adaptativa das diferentes unidades que a integram e pela interacção a todos os níveis.

Globalização: homogeneização, diferenciação e glocalização

Alguns dos mais importantes contributos teóricos sobre a globalização convergem na tese de que a globalização representa uma progressiva homogeneização de valores, princípios, modelos de sociedade e de estilos de vida que, sendo estranhos às sociedades que se abriram a essa autêntica invasão, acabam por impor padrões culturais dominantes. Os produtos e as marcas globais seriam o veículo privilegiado desse processo de aculturação global.

Benjamin Barber¹⁰ foi um dos pioneiros no lançamento da ideia de um *McWorld* enquanto expressão de uma cultura global capitalista orientada para o consumo: "...economic, technological, and ecological forces that demand integration and uniformity and that mesmerize peoples everywhere with fast music, fast computers and fast food - MTV, Macintosh, and McDonald's - pressing nations into one homogeneous global theme park, one McWorld tied together by communications, information, entertainment, and

¹⁰ *Jihad vs. McWorld*, Ballantine Books, 1995.

commerce"¹¹. Se é verdade que Barber reconhece efeitos positivos na globalização, nomeadamente na eliminação do isolacionismo, em maior crescimento económico e numa maior pressão para a abertura de muitos sistemas políticos mais autoritários, a sua preocupação central vai para o efeito que essa cultura provoca na desestruturação das culturas nacionais e nas inevitáveis reacções extremistas e fundamentalistas contra o Ocidente.

Este processo de *McDonalização*, para utilizar um termo generalizado por George Ritzer¹² não se restringe à estandardização cultural dos consumos. Identifica-o aquele autor com a difusão de valores e princípios da eficiência, do cálculo económico e estilos de vida característicos da sociedade americana.

A profusão de movimentos anti-globalização nem por isso disfarça o carácter adversarial em relação ao "imperialismo americano", à ideologia neoliberal e à modernidade ocidental que correntemente denunciam.

À tese de progressiva homogeneização cultural, outros autores tendem a privilegiar os efeitos de diferenciação provocados pela globalização.

Os movimentos migratórios tornaram as grandes cidades em extensos palcos de culturas. O cosmopolitismo nas grandes cidades é ainda reforçado pelo acesso fácil aos produtos provenientes dos quatro cantos do mundo, a busca do exótico também ele massificado favorece os fluxos turísticos, agora a custos ao alcance das classes médias sequiosas de novas experiências. O consumo de distinção favorece os produtos "raros" cuja comercialização foi viabilizada pelos ganhos de escala proporcionados pela baixa dos custos de transporte e comunicação.

Ao contrário da análise produzida por Barber, são cada vez mais os autores a defender o valor da heterogeneidade e da diferenciação das culturas globalizadas. Na actualidade as marcas globais não param de crescer e nos lugares cimeiros começam a aparecer com evidente dinamismo os produtos e empresas identificadas com os países emergentes¹³. As novas tecnologias da informação, as actividades financeiras, as bebidas e alimentação, as comunicações e o entretenimento, dominam os lugares cimeiros, e a representação da sua origem nacional está muito longe de reflectir o domínio avassalador das marcas americanas, não obstante a sua liderança.

Contrariando a tese da hegemonia homogeneizadora, toda a evidência converge no facto de serem as grandes marcas que tendem a ajustar os seus produtos às culturas e circunstâncias locais. O exemplo das estratégias de produto aplicadas nomeadamente pela McDonald's revela esse processo de incorporação de variantes adaptadas aos padrões locais de consumo. Como demonstra Brian Turner, "o sucesso da McDonald's global foi o de organizar-se e apresentar-se como uma empresa local, onde aspira a incorporar os gostos e os pratos locais"¹⁴.

Como defendia já Roland Robertson em 2002, o capitalismo global demonstra uma incrível capacidade de conciliar homogeneidade e heterogeneidade, consoante se move nas diferentes escalas espaciais, do local ao global, passando necessariamente pelo nacional:

¹¹ *Idem*, p.4.

¹² *The McDonalidization of Society*. Pine Forge Press, 2000.

¹³ Veja-se a propósito o mais recente relatório sobre os valores das marcas globais e a sua evolução (<http://files.newsnetz.ch/upload/3/9/3985.pdf>).

¹⁴ Brian S. Turner, "The McDonald's Mosaic: Glocalization and Diversity" in, George RITZER and Zeynep ATALAY. *Readings in Globalization. Key Concepts and Major Debates*. Wiley-Blackwell, 2010, p. 393.

“Global capitalism promotes and is conditioned by cultural homogeneity *and* cultural heterogeneity. The production and consolidation of difference and variety is an essential ingredient of contemporary capitalism, which is, in any case, increasingly involved with a growing variety of *micro*-markets (national-cultural, racial and ethnic; genderal; social-stratificational; and so on).

(...)

We must thus recognize directly ‘real world’ attempts to bring the global, in the sense of macroscopic aspect of contemporary life, into conjunction with the local, in the sense of microscopic side of life in the late twentieth century.¹⁵

É neste contexto que Robertson propõe a ideia de *glocalização* como fórmula capaz de expressar a integração de dinâmicas tão diferenciadas como as da homogeneização e da heterogeneização, na diversidade das escalas, do local ao global.

A pertinência desta proposta ganha especial importância em mais dois aspectos: o primeiro que traduz a complexificação crescente dos macro-sistemas globais, ao contrário das perspectivas que sugeriam a sua progressiva uniformização; o segundo permite-nos destacar a inegável capacidade adaptativa do capitalismo, a surpreendente forma como “aprendeu” a lidar com a diversidade das culturas e das instituições locais e nacionais e, simultaneamente, conseguiu criar modelos descentralizados e diferenciados de acumulação.

Elites globais, oligarquias nacionais e pobres locais: um mundo mais desigual?

Quem sustenta, promove e potencia o processo de globalização? Que grupos sociais se identificam com esse processo? Quais os que beneficiam e se integram, quais os que se vêm excluídos?

A abordagem teórica marxista tem em William Robinson um dos contributos mais interessantes. Em síntese, Robinson defende que:

"The class and social structure of developing nations has undergone profound transformation in recent decades as each nation has incorporated into an increasingly integrated global production and financial system. National elites have experienced a new fractionation. Emergent transnationally-oriented elites grounded in globalized circuits of accumulation compete with older nationally-oriented elites grounded in more protected and often state-guided national and regional circuits"¹⁶.

A tese centra-se no efeito que a globalização exerce sobre as estruturas sociais nacionais, criando uma nova "elite global", orientada para a potenciação das oportunidades proporcionadas pelas redes globais de negócios e para um novo modelo de acumulação capitalista à escala global. Mas o mais interessante na tese de Robinson é o facto de considerar a existência latente de um novo tipo de conflito entre estas novas classes

¹⁵ Roland ROBERTSON, *Globalization. Social Theory and Global Culture*. Sage Pub., 1992, p.173.

¹⁶ William ROBINSON, "Global Capitalism Theory and the Emergence of Transnational Elites", World Institute for Development Economics Research, Working Paper No. 2010/02, January 2010.

transnacionais e a velha classe dominante afirmada sobre o tradicional modelo de acumulação nacional. Já num artigo publicado em 2000, a hipótese tinha sido colocada contrariando as velhas teses da escola sociológica marxista:

One process central to capitalist globalization is transnational class formation, which has proceeded in step with the internationalization of capital and the global integration of national productive structures. Given the transnational integration of national economies, the mobility of capital and the global fragmentation and decentralization of accumulation circuits, class formation is progressively less tied to territoriality. The traditional assumption by Marxists that the capitalist class is by theoretical fiat organized in nation-states and driven by the dynamics of national capitalist competition and state rivalries needs to be modified.

(...)

This historic bloc is composed of the transnational corporations and financial institutions, the elites that manage the supranational economic planning agencies, major forces in the dominant political parties, media conglomerates, and technocratic elites and state managers in both North and South¹⁷.

Esta tese da desterritorialização do processo de estruturação social ganha maior sentido na perspectiva da desnacionalização de uma parte dos grupos dominantes. A consequência seria a de um fraccionamento entre elites globais e classes nacionais, tendendo estas para uma oligarquização progressiva em estreita articulação com o velho estado-nação.

A configuração esboçada, ainda que muito simplista, tem a vantagem de evidenciar os efeitos da globalização sobre as estruturas sociais nacionais e locais e como aquela introduz novas lógicas de diferenciação social. O primeiro problema que se deverá colocar é o de saber se um mesmo estímulo exterior gera idênticos efeitos em estruturas sociais e políticas diferenciadas, consoante se trate de países mais ou menos desenvolvidos, mais centrais ou mais periféricos, com maior ou menor dinamismo social e cultural. O segundo problema centra-se na evidente superação das bases tradicionais de diferenciação social de que as teorias marxistas têm dificuldade em libertar-se, nomeadamente na oposição simples do capital e do trabalho.

Novos actores, novas instituições e novas formas de estruturação social tenderão a tornar mais complexas as relações sociais. Não chega considerar os efeitos da globalização numa estrutura social típica das velhas sociedades industriais, mas antes apreender o efeito combinado dos efeitos da desnacionalização e da transnacionalização sobre economias e sociedades mais ou menos orientadas para a valorização do conhecimento, mais ou menos poderosas no processo de acumulação de conhecimento científico e de capital humano.

Um outro efeito da globalização, enquanto processo rápido de incorporação diferenciada das economias e comunidades locais e regionais, expressa-se através da emergência de novos e múltiplos dualismos, especialmente entre actividades formais e informais, sectores tradicionais e sectores internacionalizados, mercados de trabalho mais ou menos segmentados em função da diferentes capacidade de se integrarem nas redes globais e nas novas lógicas de competição alargada.

É a percepção desses novos dualismos económicos e sociais que orienta o debate recorrente sobre se a globalização é responsável pelo aumento da pobreza e pelo acentuar das desigualdades sociais.

¹⁷ William I. ROBINSON and Jerry HARRIS, "Towards A Global Ruling Class? Globalization and the Transnational Capitalist Class", *Science & Society*, Vol. 64, No. 1, Spring 2000, p.11-12.

Opositores e defensores da globalização tendem a extremar posições em torno das consequências desta nova era do capitalismo sobre as populações, os seus níveis de vida e a sua condição social.

No caso do debate sobre a "pobreza da globalização" e a "globalização da pobreza" a única evidência centra-se na evolução diferenciada dos seus indicadores, especialmente o da pobreza monetária. Enquanto os países asiáticos têm vindo a fazer descer as suas taxas de pobreza monetária extrema - dos mais levados níveis à escala mundial, registados na década de 80 - para cerca de metade, na primeira década deste século - a maior parte dos países de África e da América Latina não registaram alterações significativas¹⁸.

Todas as estimativas da pobreza global apontam para um decréscimo, mais ou menos acentuado, dos seus indicadores¹⁹, mas como muito bem salienta Ann Harrison²⁰, a relação entre globalização e pobreza é extremamente complexa: por um lado os processos de internacionalização das economias nacionais e locais, especialmente do chamado Terceiro-Mundo, com especial evidência nos países em vias de desenvolvimento, são acompanhados de uma redução significativa do número de pobres; porém, se é fácil identificar os ganhadores com os processos de globalização, é igualmente possível identificar perdedores entre os pobres.

Já o problema das desigualdades, especialmente de distribuição de rendimento, tem expressões diferenciadas consoante se trate de desigualdades entre países ou desigualdades dentro de cada país.

Desde o século XIX até à década de 80 do século XX que as desigualdades de rendimento inter-nações se acentuaram. O estudo de Korzeniewicz e Moran²¹ atesta um aumento sustentado dessas desigualdades, medidas pelo Índice de Gini, sendo mais pronunciado quando esse índice é ajustado em paridades de poder de compra do que quando convertidos em taxas de câmbio. Porém essa tendência iniludível de desigualdade crescente entre países inverte-se nos últimos 30 anos, especialmente após 1995.

Quanto às desigualdades de distribuição de rendimento intra-nacionais o que pode concluir, na esteira do velho U invertido de Simon Kuznets²², é que em períodos de rápido crescimento do produto essa desigualdades tendem a aumentar, atenuando-se mais tarde. Países como a China ou a Índia, apresentam resultados divergentes: na China as desigualdades aumentaram entre agregados domésticos urbanos, mas não tanto entre os rurais; na Índia, essa desigualdades não têm esboçado qualquer tendência²³. Já na América Latina, um estudo do CEPAL sobre 18 países, revela que, pelo menos, em 15 diminuíram as desigualdades de distribuição de rendimento em 1990, 2002 e 2008²⁴.

Entre os países mais ricos essas desigualdades, durante os últimos vinte anos ou reduziram-se ou mantiveram-se em torno de pequenas variações conjunturais²⁵.

¹⁸ *The Millennium Development Goals Report*. United Nations, 2007.

¹⁹ Sudhir ANAND, Paul SEGAL, and Joseph E. STIGLITZ, *Debates on the Measurement of Global Poverty*, Oxford U.P., 2010, especialmente a introdução assinada pelos três autores, p. 1-21.

²⁰ *Globalization and Poverty*, University of Chicago Press, 2007, pp. 26-28.

²¹ Roberto Patricio KORZENIEWICZ and Timothy Patrick MORAN, "World Inequality in the Twenty-first Century: Patterns and Tendencies", in George RITZER, *Blackwell Companion to Globalization*, Blackwell Publishing, 2007, pp. 565-592.

²² Simon KUZNETS, "Economic Growth and Income Inequality", *American Economic Review*, n. 45, 1955, pp. 1-28.

²³ Idem, pp. 573-575.

²⁴ ECLAC - United Nations, *Social Panorama of Latin America 2009*, p. 17.

²⁵ KORZENIEWICZ and MORAN, *ob. cit.*, pp. 572-573.

A imagem da globalização dada pelos movimentos sociais que se lhe opõem é a da generalização da pobreza e do acentuar das desigualdades. Esta imagem não encontra fundamentação científica categórica. Como em todos os processos de mudança social, vencedores e derrotados, beneficiários e excluídos, tendem a desempenhar papéis diferenciados consoante o palco onde actuam e conforme as respostas às ameaças bem como às oportunidades que enfrentam. Não há respostas globais para os problemas colocados pela globalização.

Mas ao contrário do que a sua história deixaria prever, o capitalismo à escala global parece ter aprendido a lidar com a diversidade dos modelos descentralizados de acumulação e com o mosaico cultural e civilizacional que essa escala proporciona. Surpreendentemente, esse capitalismo global revela uma capacidade de adaptação e de potenciação das diferenças que nos leva a pensar que terá sido prematuro e precipitado o anúncio da sua morte.